

Ensaio sobre o “Lixo Humano” e sua descartabilidade

O Homem, a Sociedade Capitalista e o refugio

O Capitalismo, chamado de liberalismo por seus idealizadores (John Locke a Adam Smith) se tornou dominante no mundo ocidental depois da queda do feudalismo, gradualmente se espalhou na Europa e, nos Séculos XIX e XX, forneceu o principal meio de industrialização na maior parte do mundo¹. A mola do Capitalismo é o consumo de bens. A aceleração do consumo passou a exacerbar-se no pós Segunda Guerra Mundial, período em que a economia das grandes potências estava defasada. Nos anos 1950 Victor Lebow, um analista de vendas norte-americano, afirmou que

A nossa enorme economia produtiva exige que façamos do consumo a nossa forma de vida, que tornemos a compra e o uso de bens em rituais e procuremos a nossa satisfação espiritual, a satisfação do nosso ego no consumo. Precisamos que as coisas sejam consumidas, destruídas, substituídas e descartadas a um ritmo cada vez maior.²

Fazer do consumo nossa fonte de satisfação “espiritual” significa, entre outras coisas, colocar em segundo plano as relações humanas, significa que *ter* é primordial e caminha adiante do *ser*. Segundo Marilena Chauí

As coisas-mercadorias começam, pois, a relacionarem-se umas com as outras como se fossem sujeitos sociais dotados de vida própria (um apartamento estilo “mediterrâneo” vale um “modo de viver”, um cigarro vale “um estilo de viver”, um automóvel zero km vale “um jeito de viver”, uma bebida vale “a alegria de viver”, uma calça vale “uma vida jovem”, etc. etc.). E os homens-mercadorias aparecem como coisas (um nordestino vale R\$ 20,00 à hora, na construção civil, um médico vale R\$ 2.000,00 à hora, no seu consultório, etc.etc.). A mercadoria passa a ter vida própria, indo da fábrica a loja, da loja a casa, como se caminhasse sobre seus próprios pés. (CHAUÍ, 2001, p.55)

Como conseqüências ou características da devoção ao consumo, temos a aceleração do tempo, ou seja, o tempo passa mais rápido (lembremo-nos do jingle de um banco: “o tempo passa, o tempo voa e a poupança B. Continua numa boa...”) numa relação intrínseca entre tempo e dinheiro. De fato, não se pode perder tempo, pois “tempo é dinheiro”. Outra característica é a descartabilidade dos objetos ditada pelo mercado, que já são feitos pra não durar, pois o ritmo acelerado com que se criam novos modelos faz com que os anteriores

¹ Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Capitalismo> Acesso dia 15/12/2010, 7h.

² Disponível em <http://consumption.socioeco.org/documents/12chapt2thes.htm> acesso dia 15/12/2010, 16h

fiquem obsoletos rapidamente. A não durabilidade pela falta de qualidade dos materiais garante o retorno dos consumidores em busca de outros produtos, novos, que certamente serão mais modernos em algum detalhe. Em geral, não se busca consertar nada.

Nada no mundo se destina a permanecer, muito menos para sempre. Os objetos úteis e indispensáveis de hoje são, com pouquíssimas exceções, o refugio de amanhã. Nada é necessário de fato, nada é insubstituível. (...) Todas as coisas, nascidas ou feitas, humanas ou não, são até segunda ordem e dispensáveis. (...) A modernidade líquida é uma civilização do excesso, da superfluidade, do refugio e de sua remoção. (BAUMAN, 2005, p. 120)

Para não desperdiçar o tempo de seus clientes, nem prejudicar e impedir suas futuras mas imprevisíveis alegrias, o mercado de consumo oferece produtos destinados ao consumo imediato, de preferência para um único uso, seguido de rápida remoção e substituição, de modo que os espaços de vida não fiquem congestionados quando os objetos hoje admirados e cobiçados saírem de moda. (BAUMAN, 2005, p. 146)

De tal relação com os objetos se tem uma contribuição da mídia, que trata as relações humanas como descartáveis e também sujeitas à aceleração do consumo. O que me vem à cabeça é a propaganda de uma operadora de celular em que o patriarca reúne a família para novamente contar a história de quando seus avós, ou bisavós, vieram da Polônia. Então um jovem que está na ocasião comenta com o outro: “não dá pra trocar o chip?”.

Nossa sociedade moderna, liberal, traz consigo também a marca dos excessos. Excesso de trabalho; excesso de medicamentos, principalmente dirigidos aos “transtornos mentais” que se proliferam a cada dia, numa tentativa de amortização do sofrimento causados pelas perdas e lutos; excesso de comida e *fast foods*, sem que se possa ficar acima do peso!!! (vide a bulimia e a anorexia das nossas modelos); excesso no uso de álcool e outras drogas que fazem uma função parecida com a dos medicamentos; excesso de objetos de desejo facilmente adquiridos pelo nosso, cada dia mais alto, poder aquisitivo; entre outros.

Vive-se em tempos de “liberdade” e os excessos têm que tamponar o vazio da falta constitutiva do ser, mas aí estão os deprimidos para denunciar o mal-estar no século dizendo com sua constante e persistente dor de existir que nada pode preencher a falta, nem mesmo os excessos. E as pessoas perguntam: “como fulano pode ser deprimido se ele tem tudo?”. Diante de tudo isso, a saída mais cômoda, é a analgesia permanente, que oculta as raízes do sofrimento sem enfrentá-las – o que demandaria esforço e coragem. Anestesiado de seus problemas e possibilidades de ação, o homem moderno torna-se espectador de uma sucessão de acontecimentos diante dos quais se sente impotente. Eis o homem moderno.

Mas então, diante de toda descartabilidade desses objetos, deparamo-nos com o refugio produzido aceleradamente de objetos que não nos servem mais. Como diria Zigmunt Bauman,

“nosso planeta está cheio”. Realmente isso pode ser constatado quando visitamos locais de coleta e separação de material reciclável, ou lixões e aterros sanitários, em que há também um excesso, uma superlotação de objetos que nem sempre podem ser reciclados. Ainda segundo Bauman,

A nova plenitude do planeta significa, essencialmente, *uma crise aguda da indústria de remoção do refugo humano*. Enquanto a produção de refugo humano prossegue inquebrantável e atinge novos ápices, o planeta passa rapidamente a precisar de locais de despejo e de ferramentas para a reciclagem do lixo. (BAUMAN, 2005, p. 13)

Segundo reportagem na edição de novembro do jornal *Le Monde Diplomatique*, intitulada *Por uma nova concepção de Desenvolvimento*, não basta reciclar, já que isso não é o suficiente para dar fim a todo o refugo produzido, mas há que se mudar nossa forma de pensar, que é baseada na descartabilidade, nosso modo de produção, que nem sempre foi assim. O que é preciso mudar, para interromper a destruição do planeta, é o tipo de desenvolvimento. Temos que lembrar que o homem, em suas produções significantes e em suas atitudes, age no mundo segundo sua cultura, segundo o contexto histórico, social e econômico em que está inserido.

Segundo o *caput* do Artigo 225 da nossa Constituição Federal “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”³ Exigir este direito não significa ficar esperando que as grandes indústrias parem de poluir ou ao menos que poluam de forma “sustentável” para que possamos ter garantido o nosso direito a um ambiente saudável, mas, significa pensar em qual é a nossa implicação na imensurável produção do refugo, nas relações humanas baseadas na fácil substituição, no imediatismo de nossas demandas por felicidade plena, sem furos e sem que tenhamos que nos responsabilizar também por nosso meio ambiente.

Referências

BAUMAN, Zigmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é Ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

³ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm acesso em 16/12/2010, 5h22min

LESBAUPIN, Ivo. Por uma nova concepção de desenvolvimento. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Curitiba, p. 32-33, Nov. 2010.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Capitalismo> Acesso dia 15/12/2010, 7h.

<http://consumption.socioeco.org/documents/12chapt2thes.htm> Acesso dia 15/12/2010, 16h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso dia 16/12/2010, 5h22min